INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P.

Caderno de encargos

Tipo de procedimento:	Ajuste direto
Data de aprovação:	10/08/2021
Serviço requerente:	DSGCC
Objeto:	**"Aquisição de serviços de certificação de despesas por auditor externo independente para os Projetos C-Roads Portugal; Cooperative Streets; MedTIS III; ArcAtlantique 3 e Road Safety"**
CPV:	CPV: 79212100-4 – Serviços de auditoria financeira
Procedimento n.º:	**9108398**

Parte I
Cláusulas jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais do contrato **3**
Cláusula 1.ª - Objeto e âmbito 3
Cláusula 2.ª – Contrato 3
Cláusula 3.ª – Gestor do Contrato 4
Cláusula 4.ª – Local da prestação 4
Cláusula 5.ª – Prazo de execução 5
Cláusula 6.ª – Preço e condições de pagamento 5

Capítulo II - Obrigações contratuais 6
Cláusula 7.ª - Obrigações do adjudicatário 6
Cláusula 8.ª - Sigilo 8
Cláusula 9.ª – Proteção de dados 8
Cláusula 10.ª - Obrigações da entidade adjudicante 9

Capítulo III – Vicissitudes contratuais 9
Cláusula 11.ª – Responsabilidades do adjudicatário 9
Cláusula 12.ª – Resolução do Contrato 10
Cláusula 13.ª – Sanções contratuais 10
Cláusula 14.ª - Força Maior 11

Capítulo IV – Disposições finais 12
Cláusula 15.ª – Cessão da posição contratual e subcontratação 12
Cláusula 16.ª - Despesas 12
Cláusula 17.ª – Interpretação do Contrato 13
Cláusula 18.ª - Publicidade 13
Cláusula 19.ª – Comunicações e notificações 1
Cláusula 20.ª – Contagem dos prazos 14
Cláusula 21.ª – Foro Competente 14
Cláusula 22.ª – Lei Aplicável 14

Parte II
Especificações técnicas

Cláusula 23.ª – Enquadramento 15
Cláusula 24.ª – Especificações 17
Cláusula 25.ª – Equipa técnica 18
Cláusula 26.ª – Caracterização de Recursos 19

Parte I

Cláusulas jurídicas

Capítulo I

Disposições gerais do contrato

Cláusula 1.ª

Objeto e âmbito

1. O presente caderno de encargos é composto pelo clausulado jurídico e técnico, que rege o presente procedimento e visa integrar o contrato a celebrar entre o IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante, e o adjudicatário.

2. O procedimento contratual de **ajuste direto** tem por objeto a aquisição de serviços de certificação de despesas por auditor externo independente para os Projetos C-Roads Portugal; Cooperative Streets; MedTIS III; ArcAtlantique 3 e Road Safety", à qual corresponde o CPV: 79212100-4 – Serviços de auditoria financeira.

3. Em tudo o que não se encontre previsto e/ou especificado nas peças do procedimento, a saber: convite endereçado e caderno de encargos, nos quais são indicados os termos e as condições que serão incluídos no contrato a celebrar, e do qual constituem parte integrante, serão aplicáveis, subsidiariamente, as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como outras disposições legais e regulamentares.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento contratual será composto pelo respetivo clausulado contratual e seu(s) anexo(s), quando aplicável, e será reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do CCP), integrando e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2. O contrato a celebrar integra ainda, e é composto, pelos seguintes elementos:

   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificadas pelo(s) concorrente(s), desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

   b) Demais esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seu(s) anexo(s), se existentes, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos ao abrigo do disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido Código.

Cláusula 3.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos e para efeitos do definido no artigo 290.º-A do CCP, será designado, no momento da assinatura do contrato, um gestor do contrato do IMT, I.P., com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

2. Nos contratos que impliquem especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, o gestor designado deverá elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do adjudicatário, a execução financeira, técnica e material do contrato.

3. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 4.ª

Local da prestação

A prestação objeto do presente caderno de encargos e contrato a celebrar terá lugar nas instalações do prestador de serviços.

Cláusula 5.ª

Prazo de execução

1. A execução da presente aquisição tem data de início na data de assinatura do contrato e manter-se-á em vigor até 31-12-2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia, quando aplicáveis.

2. As partes obrigam-se a cumprir fiel e imperativamente os prazos contratuais definidos, devendo proceder à comunicação imediata, assim que do mesmo tenham conhecimento, de qualquer impedimento ou circunstância modificativa do prazo de execução.

Cláusula 6.ª

Preço e condições de pagamento

1. O preço base[1] definido para a presente aquisição é de **€ 7.000,00 (sete mil euros)**, o qual acrescido de IVA à taxa aplicável, sendo este o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais prorrogações do mesmo.

2. Pela execução da(s) prestação/prestações objeto do contrato, a entidade adjudicante obriga-se ao pagamento ao adjudicatário do(s) valor(es) constante(s) da(s) fatura(s) por este enviada(s), as quais deverão referir obrigatoriamente o número do contrato, a designação do objeto contratual e o número de compromisso respetivo, obtido nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

3. A(s) fatura(s) referida(s) no número anterior, apenas pode(m) ser emitida(s) após a boa verificação do cumprimento/vencimento da obrigação respetiva, a qual deverá respeitar e acompanhar o(s) prazo(s) e a(s) fase(s) de execução contratuais definidos para o efeito nas especificações técnicas (Parte II) deste caderno de encargos.

4. Com efeito, e sempre que tal seja disposto pelo serviço requerente, as faturas deverão ser acompanhadas dos entregáveis respetivos, designadamente relatórios de execução.

[1] Preço base = montante máximo, sem IVA, que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

5. Desde que devidamente verificados os pressupostos identificados e definidos *supra*, a(s) fatura(s) será/serão validada(s) pelo gestor de contrato, no prazo internamente definido para o efeito.

6. O prazo de validação interna da(s) fatura(s) por parte da entidade adjudicante não poderá ser superior a 30 (trinta) dias a contar da data da sua receção.

7. Uma vez cumprido o disposto nos números anteriores, o IMT, I.P. procederá ao pagamento da(s) fatura(s), através de transferência bancária, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da sua validação.

8. O processo interno de pagamento da entidade adjudicante, não deve exceder, em qualquer caso, 60 (sessenta) dias.

9. Em caso de atraso por parte do IMT, I.P. no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o adjudicatário direito a juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Cláusula 7.ª
Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo das obrigações previstas em demais legislação aplicável, da celebração do contrato decorrerem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

   a) Preparação, planeamento e prestação de todos os requisitos inerentes à(s) prestação/prestações objeto do contrato;

   b) Reunião e manutenção das condições e premissas técnicas previstas e descritas no presente caderno de encargos, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para a entidade adjudicante;

   c) Prestação, de forma correta, fidedigna, rápida e eficaz, das informações referentes às condições em que será/é executado o objeto do contrato, durante o período de vigência do mesmo, sem prejuízo das demais obrigações acessórias que perdurem para além de tal

prazo ou da prestação de outros esclarecimentos adequados, que se justifiquem, de acordo com os circunstancialismos inerentes;

d) Execução do objeto contratual de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;

e) Recurso a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

f) Designação e indicação à entidade adjudicante do responsável do contrato, por parte do adjudicatário, para efeitos de comunicações e demais situações necessárias, o qual deverá estar definido no momento da assinatura do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

g) Comunicação à entidade adjudicante, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;

h) Não alteração das condições de prestação de serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos e/ou contrato a celebrar, sem orientação expressa da entidade adjudicante;

i) Não cedência da posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante, para o efeito;

j) Comunicação junto da entidade adjudicante de qualquer facto que ocorra, durante a execução do contrato a celebrar, que o altere, designadamente, o seu responsável do contrato, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

k) Não divulgação, por qualquer forma, sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante, dos elementos entregues por esta, no âmbito do presente procedimento, bem como das informações que o adjudicatário vier a ter conhecimento, na fase de execução do contrato, relacionadas com a atividade da entidade adjudicante, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

b) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios aquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

c) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 8.ª

Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IMT, I.P., de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem poderão ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se durante e após a vigência do contrato, relativamente a todos os dados e informação provenientes da execução do mesmo.

Cláusula 9.ª

Proteção de dados

1. No âmbito do contrato a celebrar, os contraentes obrigam-se ao integral cumprimento da legislação aplicável relativa à proteção de dados pessoais, designadamente quanto ao disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

2. Em conformidade com o definido no número anterior os contraentes ficam obrigados, e garantirão, por todo o tempo, o cumprimento do quadro normativo presente no citado

Regulamento, bem como, todas as normas que lhe sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados.

Cláusula 10.ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da prestação e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na cláusula 6.ª do presente caderno de encargos.

2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário a(s) prestação/prestações que efetivamente venha(m) a ser executada(s).

3. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da prestação e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor designado para o efeito, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.

4. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.

5. Com efeito, procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do mesmo.

Capítulo III

Vicissitudes contratuais

Cláusula 11.ª
Responsabilidade do adjudicatário

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade adjudicante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam.

2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

Cláusula 12.ª

Resolução do Contrato

1. Caso se verifique que o adjudicatário não coloca à disposição da entidade adjudicante, os meios e/ou recursos necessários, identificados no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, necessários à boa execução do contrato, e/ou uma vez verificado o não cumprimento do(s) prazo(s) definidos para o efeito, sem que para tal haja fundamento ou impedimento justificativo, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização ao adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao adjudicatário, das respetivas prestações contratuais, bem como nos demais termos previstos e dispostos no CCP (cfr. artigo 325.º e ss.).

3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação, por facto imputável ao adjudicatário, por um período superior a 30 (trinta) dias úteis.

4. Completados 30 (trinta) dias úteis de atraso o contrato poderá ser resolvido unilateralmente pelo IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante.

5. O exercício pela entidade adjudicante do direito de resolução previsto nos números anteriores não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais do direito.

6. O disposto no presente artigo não se aplica se o atraso se verificar por razões não imputáveis ao adjudicatário, caso em que este poderá propor, por via de carta registada, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a resolução do contrato.

Cláusula 13.ª
Sanções contratuais

1. A entidade adjudicante poderá exigir ao adjudicatário o pagamento de sanção pecuniária, pelo incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, sem IVA, o qual poderá ser fixado por cada dia de atraso da prestação ou na sua globalidade.

2. As penalidades previstas na presente clausula não obstam a que o IMT, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª
Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, nomeadamente:

   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultante do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente consubstanciada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV
Disposições finais

Cláusula 15.ª
Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização expressa da entidade adjudicante para o efeito.

2. Mediante a autorização contemplada no número anterior, deverá ser apresentada pelo cessionário ou subcontratado toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

3. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o cessionário ou subcontratante não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 16.ª
Despesas

São da responsabilidade e correm por conta do adjudicatário, designadamente as seguintes despesas:

a) Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros;

b) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos palas autoridades competentes, relativos à execução do contrato no território do país ou países do(s) fornecedor(s);

c) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre a prestação contratual;

d) Quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;

e) Correm igualmente por conta do adjudicatário todas e quaisquer despesas, nomeadamente despesas de transporte, armazenamento e manutenção de materiais, e/ou alojamento e alimentação de meios humanos, bem como de instalação e/ou configuração de equipamentos, formação e/ou apoio técnico;

f) Encargos com telecomunicações, reprodução/impressão de documentos, equipamento informático, consumíveis de escritório e demais despesas gerais com material de economato, bem como com correios e/ou tradução/obtenção de documentos (oficiais e não oficiais);

g) Todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 17.ª

Interpretação do Contrato

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar, por escrito, um esclarecimento à entidade adjudicante, através do endereço indicado no contrato, pertencente ao gestor do contrato designado.

2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas pela entidade adjudicante, designadamente pelo gestor do contrato, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do contrato.

Cláusula 18.ª

Publicidade

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, sem a prévia autorização do IMT, I.P., enquanto entidade adjudicante.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

1. A contagem de prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do CCP e acompanha o disposto no Código do Procedimento Administrativo, por remissão da disposição aplicável.

2. A contagem de prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do CCP, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

Cláusula 21.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 22.ª

Lei Aplicável

O contrato rege-se pela Lei portuguesa.

PARTE II
Especificações técnicas

Cláusula 23.ª
Enquadramento

1. O IMT, I.P., assegura a representação do Estado Concedente num conjunto de projetos europeus, sujeitos a co-financiamento através do quadro CEF-Connecting Europe Facility.

2. O projeto **C-ROADS PORTUGAL** é um projeto orientado para o desenvolvimento harmonizado de Sistemas Inteligentes de Transporte Cooperativos (C-ITS) em Portugal, co-financiado através do quadro "Connecting Europe Facility" ("CEF").

   2.1. O projeto conta com a participação de 31 stakeholders nacionais (Implementing Bodies), oriundos de múltiplos setores de atividade, tais como: gestores de infraestruturas rodoviárias, os dois núcleos urbanos CM Lisboa e CM Porto e um considerável número de empresas ligadas à tecnologia, consultadoria e ensino.

   2.2. O projeto como um todo tem um investimento total de € 8.354.797,36 e conta com uma **comparticipação de 50% do fundo europeu "CEF"**, ou seja, 4.177.398,68€, enquadrando-se o mesmo na Plataforma Europeia C-ROADS, da qual Portugal faz parte desde 2017, sendo representado pelo IMT, I.P.

3. O **Projeto C-Streets** (Cooperative Streets) pretende implementar pilotos no âmbito dos serviços cooperativos de sistemas de transporte inteligentes (C-ITS) em várias áreas urbanas e metropolitanas que alimentam a rede transeuropeia de transportes (TEN-T), dando continuidade ao âmbito do projeto C-Roads Portugal.

   3.1. O projeto conta com a participação de 32 stakeholders nacionais (Implementing Bodies), oriundos de múltiplos setores de atividade, destacando-se uma forte presença de autarquias/municípios/autoridades metropolitanas de transporte envolvidos.

   3.2. O projeto como um todo tem um investimento total de € 31.410.086 e conta com uma **comparticipação de 50% do fundo europeu "CEF"**, ou seja, 15.705.043€, enquadrando-se o mesmo na Plataforma Europeia C-ROADS, da qual Portugal faz parte desde 2017, sendo representado pelo IMT, I.P.

4. O Projeto MedTis III tem o seu foco nas soluções de segurança rodoviária, gestão de tráfego e serviços de informação ao viajante, proporcionando aos operadores rodoviários os instrumentos

para otimizarem a utilização da infra-estrutura da rede RTE-T, designadamente em situações de congestionamento ou outras perturbações de tráfego induzidas pela ocorrência de incidentes.

4.1. O projeto conta com a participação de 9 stakeholders nacionais (Implementing Bodies), destacando-se uma forte presença de Concessionárias rodoviárias.

4.2. O projeto como um todo tem um investimento total de 70.525.573€ e conta com uma **comparticipação de 20% do fundo europeu "CEF"**, ou seja, 14.105.115€, enquadrando-se o mesmo numa sequência de Calls for Proposals na área dos Transportes, promovida pela Comissão Europeia e pela Innovation and Networks Executive Agency (atual CINEA).

5. O Projeto ArcAtlantique tem o seu foco no desenvolvimento de serviços ITS ao longo do Corredor Atlântico, direccionando-se especialmente para as componentes de gestão de tráfego e serviços associados.

5.1. O projeto conta com a participação de 8 stakeholders nacionais (Implementing Bodies), destacando-se uma forte presença de Concessionárias rodoviárias.

5.2. O projeto como um todo tem um investimento total de 64.982.235€ e conta com uma **comparticipação de 20% do fundo europeu "CEF"**, ou seja, 12.996.447€, enquadrando-se o mesmo numa sequência de Calls for Proposals na área dos Transportes, promovida pela Comissão Europeia e pela Innovation and Networks Executive Agency (atual CINEA).

6. O **Projeto Roadsafety** visa um conjunto de diferentes medidas de segurança rodoviária que serão implementadas em várias seções da Rede Transeuropeia Nacional, por diversos Gestores de Infraestruturas Rodoviárias Nacionais, do setor Publico e Privado.

6.1. O projeto conta com a participação de 5 stakeholders nacionais (Implementing Bodies), na sua maioria gestores de infraestruturas rodoviárias.

6.2. O projeto como um todo tem um investimento total de € 25.658,728 e conta com uma **comparticipação de 20% do fundo europeu "CEF"**, ou seja,€ 5 131 745,60 €.

Cláusula 24.ª
Especificações

1. No quadro dos projetos já identificados, o IMT, I.P., para além de se constituir como representante do Beneficiário (Estado-Membro, no âmbito do atual Ministério das Infraestruturas e Habitação), assume duas incumbências fundamentais:

   1.1. O papel de coordenador nacional, dos vários Implementing Bodies envolvidos nos projetos;

   1.2. A participação, também ele, como Implementing Body, em cada um dos projetos referidos.

2. Assim, tal como as demais entidades implementadoras, também o IMT, I.P., terá que certificar as suas despesas, no âmbito e separadamente por cada um dos projetos identificados, de acordo com a seguinte matriz:

Projeto	Ano				anos auditadar	relatórios de auditoria
	2017	2018	2019	2020		
MedTIS III	x	x	x	x	4	1 relatório - abrange 4 anos
ArcAtlantique 3	x	x	x	x	4	1 relatório - abrange 4 anos
C-Roads			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos
C-Streets			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos
Road Safety			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos
Total anos a auditar					14	

3. Os trabalhos de certificação/auditoria a realizar devem seguir os termos de referência próprios do quadro "Connecting Europe Facility" ("CEF"), conforme modelo "Annex VII – Model Terms Of Reference for the Certificate on the Financial Statements", disponível através do link: https://ec.europa.eu/inea/sites/inea/files/wifi4eu/model_grant_agreement/cef_mga_annex_vii_revision_nov_2017_-_update_140119.docx

4. A presente prestação de serviços prevê as seguintes atividades:

   4.1. Previamente à emissão da certificação pelo Auditor, o IMT, I.P., deverá emitir uma Declaração do Órgão de Gestão, para cada um dos projetos identificados, em que declarará, tanto quanto é do seu conhecimento, a veracidade e completude dos elementos submetidos a auditoria independente;

   4.2. O Auditor deverá verificar os mapas submetidos e a respetiva documentação de suporte, para cada um dos projetos identificados;

4.3. O Auditor, para cada um dos projetos identificados deverá:

4.3.1. Emitir Certificação;

4.3.2. Emitir respetivo "Anexo" pelo auditor independente; e

4.3.3. Assinar os Termos de Referência ("TOR").

Cláusula 25.ª
Equipa técnica

A equipa técnica, cuja constituição é da exclusiva responsabilidade do auditor independente, será composta por técnicos especialistas em auditoria financeira, que garantam a boa execução das atividades em causa.

Cláusula 26.ª
Encargos

Para a execução dos serviços objeto do presente procedimento considerou-se um encargo de 500€ (quinhentos euros) por cada ano auditado, pelo que o resultado global para o encargo a suportar para a prestação de serviços em causa é de €7.000,00 (sete mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, conforme quadro seguinte:

Projeto	Ano				anos auditadar	relatórios de auditoria	custo estimado equipa auditoria / ano	valor global S/IVA	valor global C/IVA
	2017	2018	2019	2020					
MedTIS III	x	x	x	x	4	1 relatório - abrange 4 anos	500,00 €	7 000,00 €	8 610,00 €
ArcAtlantique 3	x	x	x	x	4	1 relatório - abrange 4 anos			
C-Roads			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos			
C-Streets			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos			
Road Safety			x	x	2	1 relatório - abrange 2 anos			
Total anos a auditar					14			IVA	1 610,00 €